

Chiarelli prevê união com centro do PMDB

Porto Alegre — Ao se manifestar ontem, em Porto Alegre, "absolutamente convicto" de que prevalecerão na Assembleia Nacional Constituinte as posições centristas, o líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli (RS), previu que a partir de agora, com as votações nas comissões temáticas da Constituinte, o seu partido e o "Centro Democrático" do PMDB passarão a se unir cada vez mais, em função da sua identidade de posições.

Ponderando que a união dessas duas forças resulta numa espécie de "partido sensato", o senador Carlos Alberto Chiarelli não descartou a possibilidade de que o "Centro Democrático" do PMDB venha a se incorporar ao PFL. Isso poderá ocorrer, segundo Chiarelli, se ao longo do tempo se evidenciarem que o "Centro Democrático" é minoritário dentro do PMDB, e seus integrantes ficarem deslocados. Se o "Centro Democrático" for largamente majoritário, acrescentou, tende a absorver a sigla do PMDB, deixando isolados, então, os grupos esquerdistas.

Para o líder do PFL, ainda é cedo para avaliar quanto somam os integrantes do seu partido e do "Centro Democrático" do PMDB na Cons-

tituinte. Ele ponderou que muitas teses esquerdistas de pareceres dos relatores das subcomissões da Constituinte foram derrubadas pela união dos votos do PFL, do "Centro Democrático" e de setores "direitistas". "Mas, ali tratava-se de uma união para destruir alguma coisa, no caso as teses excessivamente esquerdistas. Será outra coisa na hora de construir algo", observou Chiarelli, acrescentando que o "Centro Democrático", o PFL e os "direitistas" não deverão se unir, por exemplo, na decisão em torno do funcionamento do sistema financeiro — os "direitistas" se recusam a aceitar a extinção das cartapatas.

De todo o modo, o líder do PFL no Senado reiterou sua convicção de que prevalecerão as teses centristas na Constituinte. Para ele, ocorreu nas subcomissões uma radicalização de posições, pois pareceres muito esquerdistas de relatores levaram a uma reação acentuada dos setores conservadores. A partir de agora, Chiarelli acredita que as radicalizações serão abandonadas, "pois todos já viram que, desta forma, não chegamos a lugar algum".

Aluísio crê em carta liberal

Natal — "Eu mantenho a mesma opinião sobre a futura Constituição do Brasil: ela será liberal". A afirmação é do ministro da Administração, Aluísio Alves, também constituinte em 46, ao analisar a primeira fase da Constituinte que apresentou um esboço de Constituição de centro-direita.

Ele disse que muita gente pensava que seria uma Constituição da esquerda, pelo fato da esquerda ter dominado praticamente todos os cargos de relatores. "Eu sempre achei que na Constituinte, a direita e a esquerda representariam, no máximo, 30 por cento, e os restantes 70 por cento o grupo de centro democrático. Daqui até o final, conforme a composição de uma comissão, prevalece uma posição da direita ou prevalece uma posição da esquerda, mas no final, quando chegar na Comissão de Sistematização, na redação final

e no plenário com a discussão das matérias polêmicas, na minha opinião, prevalecerá uma orientação liberal, centrista-democrática".

Em 46, Aluísio Alves lembrou que foi menor o conflito, porque a posição liberal era representada pela UDN, a posição de esquerda pelo Partido Comunista que tinha uma pequena representação e a grande posição majoritária era conservadora do PSD. Mas, acrescentou, numa aliança transitória do PTB com a UDN foi possível arrancar do PSD algumas conquistas, de tal modo que no final, graças à competência dos líderes, terminou uma Constituição extremamente vinculada aos princípios liberais democráticos. Apesar de serem agora mais evidentes os conflitos ideológicos, o ministro acha que a situação poderá ser repetida.

Termina o prazo para entrega dos pareceres

Os relatores das oito Comissões Temáticas da Constituinte têm prazo até hoje, para entregar os seus pareceres. Amanhã deverão estar impressos os avulsos com esses pareceres. Os avulsos serão distribuídos aos constituintes, para que estes façam uma primeira avaliação e, eventualmente, se decidam a apresentar novas emendas. O prazo para a apresentação de emendas vai de segunda a terça-feira. Essas 48 horas não estavam previstas inicialmente no Regimento Interno da Constituinte, mas foram concedidas por decisão do presidente Ulysses Guimarães, a pedido dos partidos.

Na próxima quarta-feira, os relatores das comissões vão ter que apresentar um novo parecer (ou substitutivo), com base nas emendas eventualmente recebidas na segunda e na terça. A quinta e a sexta-feiras estão

Plenário vota novo horário terça-feira

Já está sendo publicado o avulso da proposta de projeto de resolução da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que determina alteração no horário de funcionamento da Constituinte, ficando o expediente da tarde para reuniões da Câmara dos Deputados. A matéria deverá ser votada na sessão da terça-feira, conforme promessa do deputado Ulysses Guimarães.

A deputada Sandra Cavalcanti recolheu mais de 100 assinaturas para dar entrada na proposta à espera que a mesma seja aprovada, pois a crise nacional e a responsabilidade dos parlamentares em discutir a conjuntura exigem a volta do funcionamento da Câmara.

Borges sugere 2 anos para mesa diretora

O deputado Geovani Borges (PFL/AP) sugeriu ontem no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, que o mandato dos membros da Mesa de qualquer casa legislativa, federal, estadual ou municipal, será de dois anos, proibida a participação na Mesa seguinte.

O deputado comentou que, na Câmara dos Deputados, um parlamentar já ocupou por sete anos sucessivos a presidência da casa, enquanto um outro, durante seis anos também sucessivos, se fez primeiro secretário. "Esse período não foi, certamente, o mais produtivo da Câmara dos Deputados", disse Geovani Borges. O parlamentar, reafirmou que é fundamental, a obrigatoriedade da renovação bienal da mesa.

reservadas para a votação dos pareceres ou substitutivos. No sábado, finalmente, cada comissão terá de encaminhar, devidamente votado, o respectivo parecer, transformado em anteprojeto a Comissão de Sistematização da Constituinte. A Sistematização vai receber oito anteprojetos e fazer a compatibilização deles, de modo que disso resulte um só anteprojeto de Constituição.

As votações da próxima semana, no âmbito das comissões, poderão ser mais difíceis do que aquelas que aconteceram nas subcomissões. Há uma tendência de radicalização ideológica, principalmente em torno de propostas rejeitadas na primeira fase, e há um detalhe importante nas comissões, todas as deliberações são adotadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta (metade mais um) de seus membros.

Ordem Social

Gabriel deve ter relatório pronto hoje

O relatório da Comissão da Ordem Social, que deverá ser concluído hoje pelo relator, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), poderá alterar pontos importantes do anteprojeto da Subcomissão dos Trabalhadores e Servidores Públicos, que recebeu cerca de mil, das 1.292 emendas apresentadas. A estabilidade plena no emprego, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e a imprescritibilidade para o tempo de serviço nas indenizações trabalhistas foram os principais alvos das mudanças.

No capítulo da Saúde, Segurança e Meio Ambiente, o maior número de emendas sugere o fortalecimento do setor privado de saúde no país, considerado enfraquecido pelo texto original do anteprojeto.

O texto original da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias foi o que menos recebeu propostas de alterações, devendo, portanto, ser contemplado praticamente na íntegra pelo relator. Segundo o deputado ecologista Fábio Feldmann (PMDB-SP), a indústria química, luta pela retirada do controle à poluição e aos agrotóxicos.

Não há reunião da Comissão. O relator, senador Almir Gabriel (PMDB-PA) entrega o substitutivo hoje. Ontem ele reuniu-se com o deputado Geraldo Campos (PMDB-DF) para acertar os últimos detalhes de seu texto.

Josemar Gonçalves



Ulysses dirige a mesa do Simpósio da Sema

Covas assume defesa dos ambientalistas

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, assumiu "politicamente" o compromisso de defender a ecologia e a proteção ao meio ambiente, durante os trabalhos de elaboração da futura carta. Em um discurso improvisado, Covas "aceitou o desafio" proposto pelos representantes de 80 entidades ambientalistas, que participaram ontem do simpósio "A Semana do Meio Ambiente", realizado pela SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente), no auditório Nereu Ramos.

O bom humor marcou a maioria dos discursos dos parlamentares que compareceram à abertura do simpósio, a começar pelo próprio presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães: "Eu não sou dono da Constituinte, quem manda aqui é o Covas, mas me coloco à disposição da causa de vocês", disse, brincalhão. O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), também não deixou por menos: "Mário Covas, é o homem que vai tomar conta da Constituinte, por isso vocês podem, desde já, começar a fazer cobranças", completou Cabral. A mesa foi presidida pelo deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), único parlamentar eleito pelas listas verdes dos ecologistas.

Num dia de excepcional bom-humor, apesar da gripe, Covas iniciou sua participação, afirmando seu antigo constrangimento em falar para ambientalistas. "Até um acidente coronário há um ano atrás, sentia-me constrangido em falar para ecologistas. Eu era um poluidor contumaz, pois fumava cinco maços de cigarro por dia. Hoje, que parei de fumar, a nova Constituição nasce sob o signo do novo e pioneiro", elogiando a atuação de Feldmann como "evangelista" entre os parlamentares constituintes da causa ecológica. "Ele prometeu e está cumprindo", afirmou.

Garantias Individuais

Bisol quer controle sobre o uso da terra

O senador José Bisol (PMDB-RS), relator da Comissão da Soberania e Garantias do Homem e da Mulher apresentou ontem o substitutivo preliminar acrescido de mecanismos que importam na perda da propriedade em favor do estado em casos de utilização imprópria e da fixação de limite na emissão de declarações de inconstitucionalidade. Bisol revelou ainda o aproveitamento integral das propostas aprovadas nas Subcomissões e desafiou a ala conservadora ao frisar que "quem votar contra este substitutivo irá escrever o seu nome na história constitucional como inimigo do povo".

A vinculação dos conceitos de soberania e cidadania, a obrigatoriedade do planejamento e da execução de um programa de erradicação da pobreza absoluta, a redefinição da filosofia do estado e sua caracterização como instrumento da soberania do povo, a eliminação da racionalização constitucional do golpe de estado e a criação da Defensoria do Povo foram questões incluídas pelo relator no substitutivo preliminar e classificadas de "extremamente necessárias para as transformações políticas e sociais que a nação almeja", afirmou o deputado gaúcho. A criação do Tribunal de Garantias Constitucionais — uma instância paralela ao Supremo Tribunal Federal — foi justificada por Bisol pela necessidade maior de "obrigar o estado a cumprir o papel que a Constituição lhe impõe, porque o povo tem o direito de fiscalizar o seu estado em razão da soberania no Brasil pertencer exclusivamente ao povo", frisou.

Sobre o aborto, o senador manteve o seu parecer de que a vida intra-uterina é responsabilidade da mulher, ao revelar que "não há direito jurídico sem antes ter nascido com vida". Explicou Bisol que isto não impede a punição do aborto, ficando o assunto para ser tratado em lei ordinária. Entretanto aconselhou às mulheres que são contrárias à punição do aborto a realizarem um plebiscito, após a promulgação da nova Constituição, e enviar ao Congresso.

O relator acatou a sugestão do voto destituente, ao incluir no texto o artigo que prevê que "os eleitos pelo voto podem pelo voto serem destituídos", mas que lei complementar regerá a matéria.

No substitutivo preliminar, segundo o relator, não foi feita qualquer referência à pena de morte ou à prisão perpétua, apenas à privação da liberdade por tempo determinado e o crime de tortura persistiu insuscetível de fiança. O voto dos maiores de 16 anos até 18 anos será facultativo, mas obrigatório para todos os brasileiros acima desta idade, inclusive os militares. Foi incluído também que a prioridade do governo será retirar a maior parcela da dotação orçamentária para a erradicação da pobreza no país.

Agenda — Comissão da Soberania do Homem e da Mulher. Até a meia-noite de hoje o relator tem o prazo para concluir o seu substitutivo preliminar. As próximas 48 horas serão destinadas a apresentação de novas emendas.